

Claudinei Carlos Spirandelli*

PROFESSORAS, CÁTEDRAS E O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA USP: ANOS 1940-1960

RESUMO

O artigo destaca trajetórias intelectuais, atividades de pesquisa, docência e relações de poder entre professoras da área de sociologia da USP nas décadas de 1940 a 1960. É um estudo a respeito de intelectuais, procurando compreender como estavam interligados os processos de institucionalização da disciplina de sociologia, relações de poder em geral, a licenciatura na Universidade e o ensino da época (contribuições dessas professoras, teorias preferidas, inovações *etc.*), tudo isso dentro do regime de Cátedras vigente. O texto é produto de consulta a biografias, correspondências e realização de entrevistas. A pesquisa propõe análises a partir de conceitos e obras de teóricos como Weber, Mannheim, Bourdieu e Elias.

Palavras-chave: sociologia brasileira; ensino de sociologia; sociologia intelectual

ABSTRACT

The article highlights intellectual paths, research, teaching and power relations between USP sociology area teachers in the 1940s to 1960. It is a study about intellectuals, trying to understand how the processes of institutionalization were interconnected discipline of sociology, power relations in general, the degree at University and teaching time (contributions of these teachers, pet theories, innovations *etc.*), all within the current Chairs regime. The text is the query biographies product, correspondence and interviews. The research proposes analyzes from concepts and theoretical works as Weber, Mannheim, Bourdieu and Elias.

Keywords: Brazilian sociology; educational sociology; intellectual sociology

*Bacharel e licenciado em Ciências Sociais, mestre e doutor em Sociologia (FFLCH-USP); Professor Adjunto de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais-CCH-UEL (PR). Endereço: Rua Goiás, 86, apto. 703, centro, CEP 86010-460, Londrina-PR. Endereço eletrônico: spirandelli@uel.br.



RÉSUMÉ

L'article met en avant les trajectoires intellectuelles, les activités de recherche, l'enseignement et les relations de pouvoir entre les enseignantes dans le domaine de la sociologie de l'USP dans les années 1940 à 1960. C'est une étude sur les intellectuels, cherchant à comprendre comment étaient imbriqués les processus d'institutionnalisation de la discipline de sociologie, les relations de pouvoir en général, les diplômes universitaires et l'enseignement à cette époque (contributions de ces enseignantes, les théories préférées, les innovations, etc.), tout ceci dans le régime de chaires actuelles. Le texte est le résultat des lectures de biographies, de correspondances et la réalisation d'entrevues. La recherche propose des analyses à partir de concepts et de travaux théoriques tels que Weber, Mannheim, Bourdieu et Elias.

Mots-clés : la sociologie brésilienne ; enseignement de la sociologie ; la sociologie intellectuelle

Claudinei Carlos Spirandelli

PROFESSORAS, CÁTEDRAS E O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA USP: ANOS 1940-1960

Este artigo é produto de pesquisas sobre trajetórias biográficas e intelectuais e de amplas relações sociais no ambiente acadêmico da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (atual FFLCH), entre o início da universidade até as grandes modificações ocorridas no final da década de 1960. O trabalho, cujo objetivo principal é interpretar sociologicamente a atuação de produtores da ciência social *uspiana*, investiga a trajetória intelectual de professoras do Curso de Ciências Sociais da *Faculdade*, examinando *disputas simbólicas* – típicas de grupos intelectuais e voltadas para a conquista da afirmação acadêmica – nas *Cátedras* do curso. Tais disputas seriam inerentes à busca de afirmação, poder e legitimação, pelos cientistas em geral, e corresponderiam a clivagens que são analisadas a partir das origens sociais das professoras e das relações de sociabilidade em que se enredavam. Foi proposta a visão de que tais origens e relações teriam interferido nas suas carreiras (posições, cargos, títulos conquistados e obras produzidas).

Textos biográficos, autobiográficos, depoimentos, entrevistas, memoriais e cartas compuseram o material. A pesquisa se insere no âmbito dos estudos da sociologia da cultura, especificamente na chamada *história intelectual* ou *sociologia da vida*



intellectual. Ela se inspira nas ideias de disputas simbólicas dentro de campos que, segundo Pierre Bourdieu, relacionam-se ao espaço das dimensões de lutas por poder e influência. Também é essencial a menção a Norbert Elias, pela possibilidade de se atentar que constrangimentos, exigências, necessidades e demandas de grupos sociais teriam para com a produção individual de um intelectual, balizando sua relativa “autonomia” e forma de obras. Ressaltamos o pertencimento de nossas análises às tradições ligadas à história social das classes ou, no caso, dos grupos produtores de cultura –o universo dos intelectuais e da dinâmica de suas relações: assim, intentamos diálogos com Max Weber, no que concerne a seus estudos sobre os *letrados chineses*. Tais elementos, que compuseram os referenciais teóricos, completam-se com o conceito de geração, de Mannheim, que se refere a um grupo que, de certa forma, estaria organicamente vinculado, delimitando uma fase da vida, mas indo além da etapa cronológica, relacionado ao bloco de pessoas nascidas em época semelhante, que vivem os mesmos acontecimentos durante sua formação e que compartilha as mesmas experiências históricas.

Assim, as *gerações* de cientistas sociais da pesquisa compõem-se de pessoas que frequentaram a Faculdade e criaram vínculos. Funcionaram como delimitadores das duas gerações: ano de nascimento, formação escolar básica, época de formatura, casamento, convivências na Faculdade. A *Primeira Geração* (1934-1952), com professoras oriundas de elites e classes médias e proletárias, tem **Gioconda Mussolini** (Cadeira de Antropologia), **Paula Beiguelman** (Política), **Lavinia Costa Villela**, **Lucila Herrmann** e **Gilda Rocha de Mello e Souza** (ambas de Sociologia I), **Maria Isaura Pereira de Queiroz** e **Aparecida Joly Gouveia** (ambas de Sociologia II). Na *Segunda Geração* (1952-1969), estão **Ruth Correa Leite Cardoso**, **Eunice Ribeiro Durham**, **Thekla Olga Hartmann** e **Renate Brigitte Nützler Viertler** (Antropologia); **Célia Nunes Galvão Quirino dos Santos**, **Nely Pereira Pinto Curti**, **Maria do Carmo Campello de Souza**, **Cecy Martinho** e **Marly Martinez Ribeiro Spinola** (Política); **Marialice Mencarini Foracchi**, **Maria Sylvia de Carvalho Franco** e **Lourdes Sola** (Socio-

logia I); **Lia de Freitas Garcia Fukui**, **Eva Alterman Blay** e **Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins** (Sociologia II). Total de 22.

Mas, para o intuito deste artigo, centramo-nos na área da Sociologia – no caso, a *exemplar* professora da *primeira geração*, **Maria Isaura Pereira de Queiroz** (classificada de *precursora*) e a da segunda, **Maria Sylvia de Carvalho Franco** (a *rotinizada*). Dessa forma, entendemos como inédito o texto em tela, pois ele é uma adaptação da tese de doutorado do autor, tornada livro (SPIRANDELLI, 2011).

O recorte histórico inicia-se na década 1940 e se centraliza no período em que predominou a Cadeira de Sociologia I, a partir de 1953, quando Florestan Fernandes adquire maturidade profissional, institucional e intelectual, tornando-se o condutor da Cátedra de Sociologia I. Esse é o ponto de viragem e essas são as balizas de identidade e de diferenciação em relação à referida Cadeira. O recorte se prolonga até 1969, quando a FFCL se transforma na atual FFLCH.

Como se verá, o trabalho percebeu, nas biografias das professoras, muitas lutas, desânimos, entregas, fracassos, derrotas, desventuras; mas também vitórias, paixões, equilíbrio, sensatez, superações e sensações de dever cumprido.

1. As Cátedras

A Universidade de São Paulo, com recursos públicos do Estado, fundada no ano de 1934, surge da união da recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com faculdades públicas isoladas já existentes, institutos educacionais, museus e entidades de pesquisas. Sua criação, numa iniciativa de setores “esclarecidos” da elite paulista, pretendia a modernização (em moldes de países liberal-democrático-capitalistas), formação e diversificação dos quadros dessa, conforme Irene Cardoso (1982).

Para a Universidade foram trazidos professores europeus e norte-americanos, com o intuito de formar docentes e pesquisadores brasileiros de alto nível e quadros profissionais para o aparelho de Estado. Os modelos estrangeiros – as *missões* – trouxeram para a Faculdade

Roger Bastide, Paul Arbousse-Bastide, Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Georges Gurvitch, Jean Maugüé, Pierre Monbeig, Gilles Gaston Granger, Charles Morazé, Paul Hugon, Émile G. Leonard *etc.*, e geraram os primeiros programas, projetos, currículos, Cadeiras e diretrizes do futuro mercado de trabalho das novas profissões. Essas missões europeias ajudariam a desenvolver as primeiras gerações de cientistas sociais acadêmicos do Brasil, imbuídas do rigor científico da ciência europeia. Um novo modo de produção intelectual nascia, diferente do estilo ensaístico dos intelectuais anteriores à década de 1940. Com isso, a cidade se torna um dos centros principais de Ciências Sociais no país (ARRUDA, 1995; LIMONGI, 2001; MICELI, 2001; PEIXOTO, 2000; PEIXOTO, 2001).

2. A Cátedra de Sociologia II

Na criação do então curso de *Ciências Sociais e Políticas* da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1934, estão as Cadeiras de Sociologia I e de Sociologia II (as de Antropologia e de Política seriam criadas pouco depois). O termo *Cadeira*, ou *Cátedra* (do latim *cátedra*, originado do grego *cathédra* ou *kathédra*, significando *banco*, *cadeira*, *púlpito*), dizia respeito ao lugar em que se sentava o professor, na universidade medieval europeia, para lecionar. Por extensão, modernamente, diz respeito ao lugar de onde procede a legitimidade do saber acadêmico, o lugar onde fica a maior autoridade sobre um saber (BUENO, 1964, p. 648; HOUAISS & VILLAR, 2001, p 652).

O modelo de organização dos cursos em Cadeiras remonta às tradicionais e seculares universidades europeias, em especial às da França – não por acaso, o principal país de origem das missões trazidas para dar início à USP. Por esse modelo, o professor Catedrático detinha o poder absoluto (intelectual, institucional e hierárquico) sobre a sua disciplina, determinando desde as lides desta até as contratações dos professores auxiliares ou subordinados. Modelo ainda inédito no Brasil, com ele o Catedrático era não apenas professor, mas pesquisador em sua disciplina, produzindo teoria e conhecimentos novos, fazen-

do avançar a área, tudo isso em critérios internacionais. Pelo menos, era dessa maneira que, idealmente, a nova Universidade deveria funcionar. Assim era na Europa e, em certo sentido, o modelo foi implantado com êxito na instituição paulista, até o referido modelo ser extinto em fins da década de 1960.

Os cargos e funções docentes, nas Cadeiras, eram: professor catedrático regente; professor regente “a título precário”; professor associado; professor de disciplina; primeiro assistente; segundo assistente; terceiro assistente; auxiliar de ensino; instrutor e instrutor extranumerário.

O primeiro regente da Sociologia II foi Paul Arbousse-Bastide, até 1940. No ano seguinte, 1941, Roger Bastide dirigiria as duas Cadeiras. Em 1942, a Cadeira passa a ser conduzida por Fernando de Azevedo até 1964 – desse ano, até 1969, já ao final do sistema de Cátedra, por Ruy Galvão de Andrada Coelho. O sociólogo e professor Fernando de Azevedo vem a ser, certamente, o “rosto” ou uma das mais perfeitas traduções da Cadeira de Sociologia II. Nascido no interior de Minas Gerais em 1894, sendo o pai pequeno industrial e a mãe, de família tradicional empobrecida. Em São Paulo, liga-se à oligarquia estadual, tendo sido amigo de Júlio de Mesquita Filho. Atuou pela renovação do ensino no Brasil, propondo mudanças em métodos pedagógicos, curriculares e técnicos, quando detentor de cargos públicos de relevo, como chefe de departamento, diretor da FFCL-USP e secretário municipal e estadual da área da Educação nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro (então capital federal). Trabalhou em áreas diversas, como Educação Física, Ciências Sociais, Latim, Psicologia, Crítica Literária, Arquitetura *etc.* (PILETTI, 1994, p. 181-184).

O sucessor de Fernando de Azevedo foi Ruy Galvão de Andrada Coelho, seu assistente. Nascido em 1920, integrante do grupo *Clima* e depois Catedrático eleito em 1964, quando da aposentadoria do fundador da Cadeira de Sociologia II. Culto, esteta, requintado, sofisticado, erudito, leitor de *Proust*, trabalhou em Paris, para a UNESCO, no famoso projeto sobre relações raciais. Originado na oligarquia paulista tradicional, de família de advogados bem postos na capital,

formou-se em Filosofia e em Ciências Sociais, além de ter frequentado o curso de Direito da USP (MOURÃO, 1994; COELHO, 2002; PONTES, 1998). Essas generosas adjetivações a respeito do comportamento e da cultura de Ruy Galvão de Andrada Coelho se devem ao depoimento que obtivemos junto à professora Eva Alterman Blay, sua ex-aluna.

Além dessas figuras, a Faculdade de Filosofia da USP se caracterizaria por ter entre seus quadros alunos que se tornariam depois professores, como Lourival Gomes Machado, Antonio Candido de Mello e Souza, Gilda Rocha de Mello e Souza, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Annita de Castilho e Marcondes Cabral, entre outros. A maioria deles era originária das elites cultas, ligadas à fruição de obras de arte – a literatura, o cinema, o teatro, as artes plásticas *etc.* – e à fluência em línguas europeias, como, por exemplo, os integrantes do grupo *Clima* (PONTES, 1998). Em uma simplificação, esta poderia ser uma das principais caracterizações da Cadeira de Sociologia II, pois a maioria desses alunos a integraria no futuro.

Nessa referência ao grupo *Clima*, retomamos o trabalho **Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo, 1940-1968**, de Heloisa Pontes (1998). A autora, caracterizando o grupo “sob a marca da juventude, da ousadia e da instituição acadêmica que lhes dava guarida”, afirma que seus integrantes acabariam por desenvolver projetos de intervenção cultural e novas formas de trabalho intelectual, como a crítica de cultura e o ensaísmo (este já diferenciado dos ensaios realizados pelos intelectuais do início do século XX, em razão dessa formação acadêmica da USP). As suas novas posturas residiriam numa consciência profissional e na erradicação do diletantismo e da improvisação, típica dos críticos e ensaístas polígrafos, e de jornalistas não acadêmicos universitários. Ainda segundo Pontes, o grupo vivia intensas relações de amizade e afeto pelo fato de seus integrantes serem de origens sociais semelhantes (vindos de famílias abastadas). Dessa maneira, características ligadas à “elegância”, “cultura”, “literatura”, “artes”, “ensaísmo”, “elitismo” ou “aristocratismo” estarão mais próximas e se relacionarão com a Cadeira de Sociologia II.

Em relação a esses aspectos, Antonio Candido de Mello e Souza, no interior da Cadeira, tem história modelar. O crítico literário, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 1918, mudou, em seguida, para pequenas cidades do Sudoeste mineiro. Membro de uma oligárquica e tradicional família mineiro-fluminense, seu pai era um importante médico da região, amante da leitura e entusiasta de estudos a respeito do Brasil. Com isso, o garoto teve profunda formação humanística (JACKSON, 2002). Ele ingressa em 1939 na então *Subseção de Ciências Sociais e Políticas* da Faculdade (e no curso de Direito da USP, mas abandonou-o nos últimos semestres). Formou-se em 1941 e, no ano seguinte, tornou-se primeiro assistente da Cadeira de Sociologia II. Em 1954, defende a tese de doutoramento em Sociologia **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre a crise nos meios de subsistência do caipira paulista**, publicada dez anos depois; permanece como assistente de Sociologia na Cadeira de Sociologia II até 1958, pois até aquele momento não havia “espaço institucional” para abrigá-lo no Curso de Letras da Faculdade. Após esse momento de sua vida e carreira, começaria a construir a transição para a fase de *crítico literário* (JACKSON, 2002; D’INCAO, 1992; PONTES, 1998; PONTES & MELLO E SOUZA, 2001).

3. A Cátedra de Sociologia I

A Cátedra de Sociologia I teve início, como a de Sociologia II, no ano de 1934, com o surgimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. O primeiro regente foi o francês Paul Arbousse-Bastide. Em 1935, foi a vez do então jovem professor de Filosofia Claude Lévi-Strauss, franco-belga recém-chegado ao Brasil, que ficou com a regência dela até fins de 1937. A partir de 1938 entraria o sociólogo francês Roger Bastide, outra figura recente no País. Ele ficaria na Cadeira até o fim de 1953, quando retornaria ao seu país, não sem antes deixar indicado para o cargo, interinamente, Florestan Fernandes (segundo assistente da Cadeira de Sociologia II). Por um breve período – o ano de 1941 – as duas Cadeiras de Sociologia estiveram juntas, sob

a regência de Roger Bastide. Mas, do fim de 1953 até o ano de 1964, Florestan Fernandes seria regente interino da Cadeira de Sociologia I; nesse ano, ele se tornaria Catedrático, ficando até 1969.

Roger Bastide, nascido na França em 1898, num meio protestante, chegou a São Paulo em 1938, para ficar na regência da Cadeira de Sociologia I, na vaga deixada por Lévi-Strauss. Autor de obra vasta, estudou as religiões negras brasileiras, o folclore, as relações raciais no Brasil, a literatura nacional, a Psicologia social, a Psicanálise, as relações entre arte e sociedade, e as interfaces entre todas essas áreas (PEIXOTO, 2000). Trabalhou com Fernando de Azevedo, Antonio Candido de Mello e Souza, Gilda Rocha de Mello e Souza, entre outros, dialogando e se relacionando com Mario de Andrade, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes.

Ainda sem as diferenças substantivas que iriam ocorrer após a entrada de Florestan Fernandes, a Cadeira de Sociologia I era marcada pela presença de Roger Bastide, bem como pela de Gilda Rocha de Mello e Souza, pessoa com história modelar como a de seu marido, Antonio Candido de Mello e Souza. Gilda de Moraes Rocha (nome de solteira), oriunda de importante família de fazendeiros de Araraquara (SP) e prima em segundo grau do escritor Mario de Andrade, líder do movimento modernista, nasceu em São Paulo, em 1919. Viveu a infância no Interior do Estado de São Paulo, onde iniciou os estudos fundamentais, voltando à capital em 1930 para fazer os estudos secundários, terminados em 1934, no Colégio Stafford. Ingressou na FFCL da USP em 1937, terminando o bacharelado em Filosofia no ano de 1939; já a licenciatura ela terminaria em 1940. Ajudaria a fundar também a revista *Clima*, estando entre seus principais integrantes, publicando diversas obras no periódico.

Gilda Rocha de Mello e Souza (nome após o casamento, em 1943), iniciou suas atividades docentes em 1943, como auxiliar de ensino da Cadeira de Sociologia I, regida por Roger Bastide; em 1945, ela se torna terceira assistente e, logo depois, segunda assistente da Cadeira. E, em 1950, orientada por Bastide, doutora-se em Ciências Sociais (Sociologia) com a tese **A moda no século XIX**, em 1952. Em fins de

1953, devido às disputas nas Cadeiras, acabou saindo da Sociologia I, transferindo-se para a Cadeira de Estética, no Curso de Filosofia, iniciando uma nova etapa em sua vida profissional (ARANTES, 2006; GALVÃO, 2006; PONTES, 1998).

A Cadeira tomaria novas formas com a entrada de outros professores – os ex-alunos, de origens sociais mais diversificadas. Eles, minoritários no início, oriundos de camadas proletárias e não possuindo formação educacional similar à dos colegas, conseguiriam impor as marcas peculiares do “lugar social” de onde vieram – entre outros, Gioconda Mussolini, Paula Beiguelman e Florestan Fernandes. Este, com as conhecidas dificuldades sofridas, foi figura de relevo na institucionalização de uma nova linguagem do conhecimento, no formato acadêmico ensinado pelos mestres europeus. Nascido na cidade de São Paulo em julho de 1920, filho da lavadeira Maria Fernandes (imigrante portuguesa humilde e analfabeta) e de pai desconhecido, passou por grandes dificuldades materiais, tendo trabalhado como engraxate, garçom, cozinheiro, entre outros empregos; conseguiu, com muito custo, esforço e certo atraso, terminar o curso de *madureza* (um equivalente ao atual supletivo para ensino médio). Em 1941, ingressou no Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, formando-se em 1944. Em 1945, começou a lecionar Sociologia na instituição. Obteve os cargos de segundo assistente da Cadeira de Sociologia II de 1945 a 1952; primeiro assistente, de 1952 a 1954; regente interino da Cadeira de Sociologia I de 1954 a 1964; e, de 1964 a 1969, professor Catedrático, quando foi aposentado compulsoriamente pelo governo militar (ARRUDA, 1995).

Os estudos realizados na “nova” Cadeira de Sociologia I, já em meados da década de 1950, com ele, estão inicialmente ligados a seus projetos sobre o folclore paulistano, relações raciais e preconceito racial. As principais preocupações e temáticas da Cadeira e de Florestan Fernandes giravam, de modo amplo, em torno da transição do arcaico ou do “atraso” para o “moderno”, ou da passagem de um Brasil agrário e de origem escravista para um país urbano, industrializado e de classes sociais. Na análise crítica que realizaram, os sociólogos da

Cadeira partiam dos fundamentos da sociedade brasileira, estudando suas dinâmicas internas, suas contradições, sua estrutura de classes.

A “respeitabilidade” da Cadeira, transferida por seu líder, adviria, da mesma forma, dos seus estudos sobre teoria e metodologia sociológicas, sobre o sistema de economia de mercado (o capitalismo) no Brasil, de suas interlocuções e incorporações críticas de Durkheim, Marx, Weber, Bastide, Gurvitch, Mannheim, Freyer, Tönnies, Von Wiese, R. E. Park, Merton, Wright Mills, entre outros, bem como de seu empenho em desenvolver linguagem e estilo especializados, pautados pela cientificidade e pela explicação de fenômenos sociais. Ele defendia que a Sociologia brasileira obteria respaldo e respeitabilidade se trabalhasse com elementos comuns universais.

Outro nome importante da Cadeira de Sociologia I é de Fernando Henrique Cardoso. Nascido em 1931 na cidade do Rio de Janeiro, mudou-se para a capital paulista quando criança. Membro de uma família de certa importância na elite política do país, seu pai era um militar, o general Leônidas Cardoso, nacionalista militante; seu avô havia sido marechal; o bisavô, deputado e senador no Segundo Reinado. Fernando Henrique Cardoso bacharelou-se em Ciências Sociais pela FFCL-USP em 1952. Tornou-se, em 1953, auxiliar de ensino, na Cadeira de Sociologia I. Em 1954, tornou-se primeiro assistente da Cadeira, com Florestan Fernandes. Em 1968, obteve a regência da Cátedra de Política (e a tornou Cátedra de **Ciência** Política). Esteve envolvido diretamente com as principais realizações e acontecimentos ligados à Cadeira de Sociologia I: auxiliou no desenvolvimento do projeto *Economia e sociedade no Brasil*, o CESIT, os *Seminários de Marx*, o CEBRAP (BASTOS & ABRUCIO, 2006; CARDOSO, 1988).

Assim, escorada em tais pessoas, fatos e entidades, a Cadeira de Sociologia I se tornaria um proeminente núcleo de teoria e de pesquisas sobre os problemas da sociedade brasileira. Suas temáticas, metodologia de pesquisa e de análises criariam uma tradição no pensamento sociológico brasileiro. É também digno de nota que, mesmo com a consistência e respeitabilidade da produção sociológica da Cadeira, Florestan Fernandes e seu grupo não conquistaram unanimi-

dade no restante do país à época. A análise crítica utilizada por eles se diferenciava dos estudos de Gilberto Freyre, Guerreiro Ramos, do ISEB. Mas esses contendores não impediriam a Cadeira de Sociologia I de tomar corpo e se impor perante os debates acadêmicos na época, prevalecendo sobre as demais.

4. As Cátedras de Antropologia e de Política

A disciplina de Antropologia surge em 1941, integrando currículos de cursos de *Ciências Sociais* e de *Geografia e História*, não pretendendo formar antropólogos de modo pleno. Ela estava integrada à Cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani, criada em 1935; ela se transformaria em Cadeira de Antropologia em 1948, integrando o recém-criado *Departamento de Sociologia e Antropologia*, que abarcou, com ela, as outras Cadeiras de Sociologia e a de Política. O regente seria Emilio Willems. Em 1961, com a morte de seu catedrático, Plínio Ayrosa, a Cadeira seria disputada, sendo extinta no ano seguinte e incorporada ao Curso de Letras (como *Línguas Indígenas do Brasil*). Após a aposentadoria de Egon Schaden, em 1967, este termina por indicar João Baptista Borges Pereira, que ficaria no cargo até o fim do sistema de Cátedras, dois anos depois (CORRÊA, 1995).

Já a Cadeira de *Política* esteve ligada, em seu início, a outros nomes e formatos (SANTOS, 1994): sua origem remonta às influências das áreas de Sociologia (de disciplinas como Sociologia Especial ou Sociologia Política), de Filosofia e de Direito (especificamente, à Cátedra de Direito Político), passando pelas mãos de diversos intelectuais, até que se torna, em 1950, parte integrante do *Departamento de Sociologia e Antropologia*, órgão criado em 1948 para gerir o curso de Ciências Sociais da FFCL-USP. Em 1954, novamente Lourival Gomes Machado retorna, como Catedrático, ficando até 1967, quando vem a falecer. Ainda em algumas oportunidades (nos anos de 1952 e de 1963), Paula Beiguelman seria “regente a título precário”, substituindo o Catedrático de turno. O último catedrático foi Fernando Henri-

que Cardoso (que a tornou Cátedra de *Ciência* Política), de 1968 até 1969, quando, finalmente, é extinto o sistema.

As Cátedras de Antropologia e de Política registraram diversas controvérsias e embates institucionais, tanto entre seus integrantes, quanto com as outras cadeiras do curso de Ciências Sociais. Nosso foco, contudo, estão nas relações centradas nas professoras e nas cadeiras de Sociologia.

5. Trajetórias intelectuais

Abordaremos as origens sociais/origens de classe, com os respectivos capitais sociais e *habitus* trazidos pelas professoras para o convívio na Faculdade, e as relações de sociabilidade em que estiveram entrelaçadas; e veremos como todos esses fatores se articularam para delimitar a trajetória intelectual dessas cientistas sociais, bem como o enquadramento delas em nossas categorizações.

Maria Isaura Pereira de Queiroz é paulistana, nascida em 1918, oriunda de tradicional família da elite, composta de poderosos e influentes ramos de fazendeiros do interior paulista, os Queiroz Telles e os Pereira de Queiroz. O pai é Manoel Elpídio Pereira de Queiroz e a mãe, Maria Moraes Barros Pereira de Queiroz (PULICI, 2004, p. 92). Teve infância tranquila, com vários irmãos, estudando em bom colégio público (o prestigioso Instituto Caetano de Campos). Os relatos a seguir são bastante precisos no demarcar dessas considerações (PEREIRA DE QUEIROZ, 1992, p. 14-18):

“Pertencço a uma família “quatrocentona” (*sic*) do Estado de São Paulo que sempre preservou os fatos do passado, seja narrando aos mais jovens historietas dos mais velhos, seja guardando nas prateleiras “papéis inúteis” e “cadernos velhos sem serventia” (*sic*). (...) Adolescente, fiquei sabendo que não podia frequentar nem qualquer curso, nem qualquer baile. O curso “frequentável era o da avenida Paulista, onde encontrava primos e primas, filhos de amigos da família – onde, em suma, permanecia no

“meu meio”, (...) mas era impensável que meninas de “boa família” se misturassem com imigrantes italianos e espanhóis e seus descendentes! (...)”.

Com base nesses comentários da autora, podemos perceber o alto grau de história pessoal/familiar que ela trouxe à sua vivência na Faculdade, bem como o orgulho e a desinibição de se saber dona de um *status* em que tanto o conhecimento escolar e familiar quanto a tradição (produtora de segurança social e da manutenção do “estado das coisas”, garantidora de que o futuro está assegurado) e as relações com os iguais são as fiadoras do “sucesso” – este também garantido. Diz a depoente Maria H. R. Antuniassi (2008): “(...) Parece-me que ela tinha como exemplo, na busca do sucesso profissional a sua tia Carlota Pereira de Queiroz, médica paulistana, primeira mulher eleita como deputada federal nos anos 30 (...)”.

Entendemos isso como algo bastante diferente do extraído dos depoimentos da colega da Cadeira de Política, Paula Beiguelman, nos quais imperam a insegurança e o medo perante o destino, por ser ela a típica oriunda de setores negativamente privilegiados em termos econômicos e sociais, ainda que em ascensão. Igualmente merecedor da atenção é a sem-cerimônia com que se apresentam os diálogos entre Maria Isaura Pereira de Queiroz e seu arguidor no vestibular para a Faculdade de Filosofia, em que o *público* e o *privado* se misturam, num momento em que deveria estar à baila somente a capacidade do aluno, sem quaisquer outros assuntos paralelos, a bem da imparcialidade. Essa era uma característica dos grupos positivamente favorecidos em termos socioeconômicos da sociedade brasileira como um todo (um “estamento”, no dizer algo ácido de Florestan Fernandes). Seria exaustivo prosseguir, pois abundam, nas entrevistas e depoimentos, de alunos e professores da época, essas posturas a respeito da intimidade com os poderosos. Como são expostas espontaneamente, sem autopolicimento, dá o que pensar a respeito dos modos de ser e proceder dos “estabelecidos” nas áreas do serviço público do País.

Maria Isaura Pereira de Queiroz ingressou no Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia em 1946, formando-se em 1949. Doutorou-se no exterior em 1956 pela École Pratique de Hautes Études/Université de Paris, com a Tese ***La “Guerre Sainte” au Brésil: le mouvement messianique du “Contestado”***. Começou a lecionar Sociologia na Faculdade de Filosofia da USP como assistente da Cadeira de Sociologia I em 1951, transferindo-se para a Cadeira de Sociologia II em 1958. Nela, foi assistente-doutor em 1960. Defendendo Tese de Livre-docência, tornou-se professora Livre-docente em 1963. Foi professora visitante na Universidade Federal do Paraná (1953), na Escola Livre de Sociologia e Política (1959) e na Universidade Federal da Bahia (1969). Amealhou grande prestígio internacional lecionando em universidades, publicando trabalhos e dirigindo pesquisas no exterior, em particular nos países de cultura francófona, como Canadá, Senegal, Bélgica, Suíça e na própria França. Em 1964, criou o Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU). Durante as décadas de 1950/1960, produziu muito, sendo duas teses, nove livros e quase duas centenas de artigos e resenhas. Dentre essas obras, podem ser citadas **Sociologia rural e Estudos de Sociologia e história**, além de **Bairros rurais paulistas: estudo sociológico; O mandonismo local na vida política brasileira: ensaio de Sociologia política; O messianismo no Brasil e no mundo; Os cangaceiros: les bandits d’honneur brésiliens; Sociologia e folclore: a dança de São Gonçalo num povoado baiano e Vale do Ribeira: pesquisas sociológicas**. Em seus trabalhos são visíveis os cruzamentos de interpretações, em que os fenômenos religiosos, por exemplo, não podem ser compreendidos independentemente das dimensões sociocultural e política.

Maria Isaura Pereira de Queiroz não se casou – como *solteira*, o designativo, além de significar estado civil, poderia ser sinal de que não dependia intelectualmente ou profissionalmente, de homens. O fato de não ter contraído matrimônio (ao que consta, devido apenas a relacionamentos que não se consumaram) pareceu não tê-la abalado. Mas, oriunda de aristocráticas, ricas e cultas famílias paulistas e tendo sido bem educada, soube catalisar seus ricos capitais de

forma a dar vazão aos desejos de vencer na vida acadêmica, de se legitimar nela.

Se era bem relacionada com os sofisticados e aristocráticos membros da Cadeira de Sociologia II Antonio Candido de Mello e Souza e Ruy Galvão de Andrada Coelho, mantinha respeitadas relações com o “pobre” Florestan Fernandes. Também tinha boas relações com as “humildes” Gioconda Mussolini e Paula Beiguelman e as “bem-postas” Maria Sylvia de Carvalho Franco e Eva Alterman Blay.

Esse quadro, porém, não a tornaria uma pessoa mediadora, “cordata”, como poderia parecer à primeira vista. As saídas do país, constantes, eram não apenas para concluir formação consistente, mas para adquirir boas experiências e ampliar o renome. Justamente essa formação no exterior que a professora, Antonio Candido de Mello e Souza (quando criança) e Ruy Galvão de Andrada Coelho (no doutorado) tiveram foi desdenhada por Florestan Fernandes. Mas era por tal estratégia que Maria Isaura Pereira de Queiroz tentava, de uma maneira menos dramática que as duas colegas de origem imigrante (Gioconda Mussolini e Paula Beiguelman), galgar seus objetivos. É certo que o manejo de seus capitais (tanto social, quanto econômico e intelectual) era incomparável em relação a essas colegas, naturalmente.

E Maria Isaura Pereira de Queiroz, segundo os informantes, nunca pretendeu a titulação máxima, seja a regência da Cátedra, seja a Titulatura, por não querer ter a vida de pesquisadora e de professora atrapalhada pelas infundáveis atividades burocráticas e administrativas típicas desses cargos (ANTUNIASSI, 2008; CAMPOS, 2008). Contudo, isso talvez não corresponda à verdade plena, pois ela teve de concordar em “ceder” para Azis Simão o cargo de Titular. O mesmo não se dera no caso de Paula Beiguelman, que pretendia abertamente a obtenção da regência, mas perdeu a disputa no concurso para Fernando Henrique Cardoso. Ou, de outra forma, Gioconda Mussolini, que não conseguiu a Cátedra por causa de infundáveis autoexigências.

A grande “jogada” de legitimação na carreira acadêmica de Maria Isaura Pereira de Queiroz, entretanto, será a diferenciação em relação aos estudos desenvolvidos pela Cadeira de Sociologia I, de Florestan

Fernandes. Foi uma “disputa” de campo e de poder. Ou, em uma explicação mais simplista, as ideias e o ideário de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Gabriel Cohn, Luiz Pereira, Celso de Rui Beisiegel, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Marialice Mencarini Foracchi, entre outros, estavam ligados, por exemplo, à defesa do ensino técnico e profissionalizante, da massificação e democratização do ensino em geral e da Sociologia, bem como aos estudos sobre a “modernização” da sociedade brasileira, os “entraves” a ela, as críticas ao Brasil *tradicional* e aos “estudos de comunidade”.

Os trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz e seu centro de pesquisas tinham por temática o Brasil *velho*, dos “grupos rústicos” e *tradicionalis*, numa postura aparentemente mais “neutra” (num exagero, quase nostálgica) em relação ao modo de vida e cultura do tipo rústico brasileiro. Uma questão de postura, de tomada de posição legítima, diversa daquela do grupo de Florestan Fernandes. Entre os percalços enfrentados pela professora nesses anos, Luiz Carlos Jackson (2003, p. 76), no capítulo sobre as disputas em torno das revistas da época (décadas de 1950 e 1960), na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, afirma que:

“(…) por ser mais aberta, em relação à USP, *RBEP* (*Revista Brasileira de Estudos Políticos*) oferece ao pesquisador terreno privilegiado para apreender disputas internas a esta instituição. O quarto número (jul/1958) traz, nesse passo, comentário bibliográfico de Fernando Henrique sobre *Estudos de Sociologia e História* (...). A crítica desta vez é menos contundente. Não obstante, depois de explicitar a orientação sociológica de ‘Aparição do demônio no Catulé’ e ‘Tambaú, cidade dos milagres’, defendida por Maria Isaura na introdução da obra coletiva, Fernando Henrique define ‘Mandonismo local na vida política brasileira’ como *ensaio histórico-social*, carente, portanto, de rigor científico, defendendo a perspectiva que seria dominante na década seguinte, qual seja, ‘os recursos do método dialético como perspectiva de interpretação’”.

Sendo um dos principais nomes da Cadeira de Sociologia II (Antonio Candido de Mello e Souza abandonara o cargo em 1958), Maria Isaura Pereira de Queiroz se legitimou sozinha nela, tornando-se intelectualmente mais “consistente” e dando vazão às suas ambições com as experiências no exterior, as quais a obrigariam, durante algum tempo, a abrir mão de exercer liderança política e institucional. Essas suas longas estadas fora do Brasil, é bem verdade, eram também devidas a fatores econômicos (era de família de posses).

Também o fato de ter fundado o CERU pode ter sido uma cartada marginal, lateral, para ir-se firmando, enquanto isso, como liderança. Sistematizando e publicando pesquisas de seus liderados, faria frente à Cadeira de Sociologia I, a Florestan Fernandes e seus “comandados”, que tinham grupos de discussão, faziam muitas pesquisas e publicavam por diversos meios (o grupo dos *Seminários de Marx*, o projeto *Economia e Sociedade no Brasil*, o CESIT, e, mais tarde, o CEBRAP).

Maria Isaura Pereira de Queiroz poderia ser o outro “rosto” da Cadeira Sociologia II, por ter predominado na Cátedra com a saída de Antonio Candido de Mello e Souza, em 1958 (não obstante seus períodos de constantes viagens e estadas pela Europa). Mas, por seu histórico, seria muito difícil supor que, simplesmente por ser “solteira” e mulher, acabaria se intimidando para alçar voos, ascender e ambicionar títulos e lideranças. Veja-se o caso de sua arrojada e corajosa tia, Carlota Pereira de Queiroz, médica, primeira deputada brasileira, liderança feminina e social. Com exemplos como esse, seria difícil que a socióloga temesse a vetusta estrutura do sistema de Cátedra. Ou seja, em todos esses seus intentos, podemos ver uma retradução de seu *habitus* para esse espaço, e as redes de relações sociais que ela deteve.

Maria Sylvia de Carvalho Franco nasceu em 1930(?) em Araraquara (SP). Seu pai era delegado de polícia; a sua mãe era integrante de família de fazendeiros do interior paulista, os Pinto Ferraz. Na infância, estudou no elitista *Colégio Des Oiseaux*, privado, em São Paulo. Valendo-nos dessas informações sobre suas origens, perceberemos a confluência dos setores médios urbanos com as oligarquias

rurais. Terminou o bacharelado e a licenciatura na FFCL-USP em 1952. Como professora da Cadeira de Sociologia I, foi assistente extranumerária (1955-1958), auxiliar de ensino (1959-1960) e assistente (1961-1969); também foi professora Livre-docente a partir de 1969, já no Departamento de Filosofia da USP. Integrou os quadros do CESIT e frequentou o grupo dos *Seminários de Marx*, junto com as colegas de Cadeira Marialice Menccarini Foracchi e Lourdes Sola. Ainda em 1964, terminou o doutorado com a tese **Homens livres na velha civilização do café**, tornada livro com o título de **Homens livres na ordem escravocrata**; em 1970, defende a tese de livre-docência **O moderno e suas diferenças**, já às portas da área de Filosofia da Faculdade.

Casou-se, em primeiras núpcias, em meados da década de 1950, com o sociólogo Renato Jardim Moreira, também integrante da Cadeira de Sociologia I, e de quem ela herdaria parte do sobrenome (Maria Sylvia de Carvalho Franco *Moreira*), depois abandonado; anos depois, assumiria novo casamento. Contudo, trabalharam auxiliando-se, pois eram da mesma Cadeira, segundo um depoente, o ex-aluno Celso Beisiegel (2008). Ou seja, como produto de uma nova *geração*, as assimetrias nas relações de *gênero* já se mostrariam diferentes, minimizadas, tornando-se menores como barreiras para com o crescimento das carreiras dessas professoras. Maria Sylvia de Carvalho Franco era a mais destacada mulher da Cadeira de Florestan Fernandes. Mas isso não a ajudaria a possuir assento no círculo íntimo que ele formava com Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni; um grau abaixo, Leôncio Martins Rodrigues Netto, José de Souza Martins, Luiz Pereira, Gabriel Cohn; somente após viriam as mulheres e o restante (FERNANDES, 1977). Sobre as décadas de 1950/60, diz a professora em seu Memorial (FRANCO, 1988, p. 8-11):

(...) Nesse contexto (pós-Segunda Guerra Mundial, *grifo nosso*) (...), a Sociologia (focalizava) as desigualdades e a exploração das categorias sociais reprimidas no sistema capitalista: negros herdeiros dos estigmas da escravidão, operários urbanos com seus movimentos e organizações. Tais pesquisas encontravam

clima favorável na conjuntura política (...). Encarregada do programa sobre métodos e técnicas de investigação sociológica, dirigi uma pesquisa sobre a clientela da Faculdade de Filosofia. (...) Em síntese, esse referencial conjugava como pontos focais: mudanças rápidas de caráter urbano industrial, processos desordenados de transição para uma sociedade de massas, planejamento para a democracia (...). (E) a escolha que procurei transmitir aos alunos (...) refletia (...) minha própria busca de formação: o confronto dos diferentes caminhos oferecidos pela Sociologia relacionados com os ambientes intelectuais onde se firmaram (...), a coerência entre os métodos daí decorrentes e os resultados obtidos. Empenhava-me em discernir rumos para fora do ecletismo imperante no uso descontextualizado das fontes teóricas, com os conseqüentes deslizamentos ideológicos.

Pelos depoimentos incisivos, podemos perceber aí que a junção da concepção da socióloga com a dos que pretendiam fornecer ao curso uma formação menos voltada ao “ensaísmo” beletrista (para usar um termo quase pejorativo, bem ao gosto dos *florestanianos*) da Cadeira de Sociologia II e um curso mais voltado para o que esses integrantes da Cadeira de Sociologia I achavam ser condizente com a realidade do alunado, um curso para formar profissionais e cientistas “puros”.

Para isso, Maria Sylvia de Carvalho Franco “contribui” fazendo uso do capital social de que dispunha, trazido dos relacionamentos familiares e da consciência de um novo tempo que chegaria, tornando esse “mundo oligárquico” ultrapassado. A capacidade de se saber líder a ajudaria a se posicionar na nova ordem, legitimando suas tomadas de posição. Assim, cedo ela carregou suas capacidades para esse novo estilo de pensar, e que seria a característica de sua Cadeira (a Sociologia I): a defesa de valores ligados ao ensino técnico e profissionalizante, o estudo das modificações na sociedade brasileira contemporânea, a introdução e desenvolvimento do capitalismo, o estudo do “atraso” *etc.* Mas ela não deixou de ter divergências teóricas com o orientador Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni –

no caso, sobre o conceito de escravidão como instituição num capitalismo pleno brasileiro. Conforme Jackson (2007), é provável que ela tenha trocado de área e ido à Filosofia por divergir frontalmente da opinião geral do grupo da Sociologia I e por tal divergência estar ligada à disputa pela sucessão no cargo de primeiro assistente, aberto com a ida de Fernando Henrique Cardoso para a regência da Cátedra de Ciência Política, em 1968.

E se mais não ascendeu, não deixou por menos. Apesar de divergir do orientador, não abriu mão de construir consistente interpretação sobre a construção do modo de produção capitalista do país. Mesmo discordando, Florestan Fernandes acatava os constructos dela. Mas este fora, enfim, o máximo a que ela conseguira chegar, dada a configuração existente, da qual não poderia fugir. Não lhe seria permitido agir de outra forma. Mulheres podiam disputar obras, não postos de poder. Talvez esta fosse a maneira de ela ir se diferenciando dos integrantes masculinos da Cadeira, esperando sua vez de disputar o concurso de regência, quando surgisse a oportunidade. Mas, com as cassações de muitos dos nomes do curso, os exílios e a extinção do regime, tudo ficaria tragicamente esfacelado, e o curso de Ciências Sociais da USP, acéfalo. Conseguir a transferência para a Filosofia era salvar-se.

6. Considerações sobre as professoras e as cátedras

A Cadeira de Sociologia I auxiliou na modelagem da produção sociológica da USP, em termos teóricos, metodológicos e temáticos e nos estudos migratórios, imigratórios (na cidade de São Paulo) e relações raciais. A sua hegemonia acabou por dificultar a “independência” da Antropologia como área ou disciplina; em certo sentido, o mesmo se daria em relação à área de Política. Tal ocorria desde o início da Faculdade; de modo particular, a partir de meados da década de 1950, no interior das duas Cadeiras de Sociologia, com o início da hegemonia de Florestan Fernandes e seu grupo, da Cadeira I, este domínio se exteriorizava nos choques de seus temas de estudo, de pesquisa e de

docência com os temas e objetos das outras três Cadeiras do Curso de Ciências Sociais. Os estudos da Sociologia I, em interface, têm características de oposição ou de interpretação diversa ao das outras cadeiras (moda; mulher; cultura; identidade cultural; mandonismo rural; coronelismo; história literária; história política; messianismo *etc.*).

Também pelo sistema de Cátedra, ao que parece, mulheres nem sequer eram cogitadas para ocupar a regência efetiva. O que não significa que figuras como Florestan Fernandes não merecessem ter obtido a sua (ARRUDA, 2001, p. 193-202). Os estudos de Heloisa Pontes sobre a revista *Clima* mostram que nesse círculo, especificamente por se tratar de um grupo homogêneo no sentido das origens sociais e culturais de seus integrantes, teria o fator *gênero* preponderado (supondo uma ausência de outros tipos de disputas ou tensões nesse meio relativamente equânime que era o grupo *Clima*) (PONTES, 1998). Mas, tempos depois, nas disputas entre as quatro Cadeiras, até os antigos membros masculinos desse grupo teriam sido “dominados” ou “subalternizados” pela Sociologia I – tanto quanto teria sido Gilda de Mello e Souza “subalternizada” no interior do referido grupo.

Assim, podemos afirmar que o fato de ela ter sido “vencida” por Florestan Fernandes (e acabar se transferindo para o Curso de Filosofia) seria tanto por sua condição de mulher, quanto por ela ser de outra origem social, ligada às elites.

Os integrantes das Cadeiras de Sociologia I e de Sociologia II teriam prevalecido sobre os da Antropologia e os da Política por serem estas duas as menos institucionalizadas. E a Cadeira de Sociologia I predominou sobre a II. A Sociologia I estaria mais preocupada com o “desenvolvimento”, “a modernização capitalista” no Brasil (ou seus entraves). A Sociologia II operava com as identidades culturais e o que seria o “mundo atrasado”, ou os pilares que mantinham as características originais da tradição das comunidades na sociedade brasileira do período. Nas “disputas” de campo e de poder, essa Cadeira de Sociologia I foi avassaladora em relação a suas congêneres.

Mas a avassaladora liderança de Florestan Fernandes e de seus comandados não se desprende das suas experiências sociais; tampouco

das atitudes que puderam mobilizar. Não só o fato de ele ser detentor competente dos *modos do saber* e dos *modos do fazer* ciência, como o de ter disposto as querelas departamentais à sua maneira – e muito de sua personalidade de grande, competente e implacável competidor, fizeram com que sua Cadeira suplantasse as outras.

Em outros termos, Florestan Fernandes detinha um *habitus* que o tornaria mais adequado para enfrentamentos dessa ordem. O suporte para essa interpretação é dado pela teoria do campo e das legitimações das relações de poder, elaborados por Bourdieu. Isso, mais do que assimetrias de *gênero*, teria preponderado na “posse” de homens e de mulheres.

E o sistema de Cátedra era quase “patriarcal”, inflexível, imutável – isso não significa um julgamento de valor, e negativo: trata-se de uma realidade, pois o formato estava disposto dessa maneira, era “herança” dos fundadores – e dessa maneira funcionavam as universidades europeias. A situação se modificaria com a extinção desse regime, a partir da criação dos *departamentos*, no início da década de 1970. Sendo permitida uma comparação, enquanto as Cátedras estariam para “estamentos”, os *Departamentos* estariam para “classes”, pelo fato de seus integrantes terem mais mobilidade nelas.

O sistema de Cátedra tornava difícil a possibilidade de ascensão para mulheres. Com essa estrutura, muitas acabavam nem tentando os cargos mais altos ou a Titulatura; outras nem os perseguiam. As condições objetivas não eram as mesmas para todos. Mas elas não impediram que as mulheres escrevessem trabalhos clássicos (**Homens livres na ordem escravocrata; A formação do povo no complexo cafeeiro; Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964); A caminho da cidade; O messianismo no Brasil e no mundo**)

A Cadeira de Sociologia I, realmente, teve produção de maior volume. Os membros realizavam cursos, organizavam centros de pesquisa, obtinham financiamentos oficiais, mantinham íntimas relações com instâncias de poder da Universidade, com a grande imprensa, com editoras, produziam livros e periódicos, e isso foi avassalador (JACKSON, 2003). Arruda (1995, p. 167) propõe que a tradição fran-

cesa na composição das Ciências Sociais *uspianas*, apoiada em Émile Durkheim, destacando a Sociologia como ciência síntese, teria sido a responsável pela hegemonia da área na USP, em relação à Antropologia e à Política. Conforme essa autora (ARRUDA, 1995), esse predomínio da Sociologia (da Cadeira de Sociologia I, em especial) ultrapassa debate de natureza intelectual e não se deixa limitar a dinâmicas de carreira. Deriva, de modo especial, lembremos, da predisposição de Florestan Fernandes de fazer de sua Cadeira uma congregação de jovens sociólogos talentosos e de sua inclinação para o debate sobre concepções intelectuais e sobre política acadêmica. Era, realmente, *luta simbólica* por poder – obtenção de legitimação intelectual e acadêmica.

Nas mudanças estruturais pós-1970 as mulheres teriam mais espaço. Tudo isso nos faz supor que o modo de funcionamento de cada uma das Cadeiras seja realmente um bom pressuposto para pensar as formas de sua organização e estrutura assimétricas, bem como sua relação com as origens sociais dos respectivos integrantes, além das relações de *gênero* e de *geração* entre eles. Estariam todas essas condições dadas na lógica do interior do sistema.

Assim, essa cartografia das Cadeiras e o foco nas biografias de *Maria Isaura Pereira de Queiroz* e de *Maria Sylvia de Carvalho Franco* procurou mostrar o quanto o formato rígido do sistema delimitava, restringia ou moldava destinos intelectuais, escolhas e também “opções” por temas/objetos de pesquisa.

Considerações finais

Numa síntese sobre as *disputas simbólicas*, podemos dizer que estas teriam existido devido às concorrências no interior do sistema de Cátedras, motivadas por diferentes origens sociais, gerações e relações de gênero. Estas concorrências seriam “violentas”, mas de uma “violência” sublimada. Daí, simbólica. Escamoteariam concepções de mundo, oriundas de classes sociais diferentes. A construção pretendeu ter mostrado o quanto carreiras acadêmicas ficam a dever às

constricções de origens sociais dos indivíduos e às redes de relações que as envolvem.

Também podemos dizer que teria havido, no fim das contas, um irmanamento de classes e grupos na formação e institucionalização da disciplina de Sociologia, que tanto unia homens e mulheres nas Cadeiras, quanto os separava de outros(as). As fricções mostrando supostas disputas em relações de *gênero*, no fundo, estão mais a escamotear relações e dissensões assimétricas mais graves e profundas, como as de classe ou visão de mundo. Desse modo, influenciou-se o ensino de Sociologia, no que se refere à valorização (ou desvalorização) de conteúdos a serem ensinados, bem como a escolhas de objetos de pesquisas, ao desenvolvimento de problemáticas e a feitura de obras.

Durante décadas, apaixonados olhares sobre o fazer ciência e concepções políticas sutilmente habitadas no recôndito do trabalho realizado nessas Cadeiras suporiam equilíbrios e tranquilidade nas relações internas e externas entre elas. Mas, por causa dessas diferenças, com as disputas as pessoas saindo das margens cinzentas, pudemos circunscrevê-las em bandas ou lados intelectuais e políticos. Tais posições e oposições mostram o molde de carreiras e obras.

A reconstrução das trajetórias não impediu, contudo, frustrações, como o fato de não termos conseguido conversar mais diretamente com algumas das professoras envolvidas, por causa da recusa de algumas delas, devidamente respeitadas, mas não menos lamentadas.

Finalmente, nosso artigo pretendeu ter mostrado que a capacidade de manobra poderia ser o diferencial inédito e pouco controlável, originador de carreiras possíveis e de obras criativas. Parafraseando Elias, essa capacidade teria feito surgir um intelectual algo mais parecido com o compositor Mozart. Diferentemente de artistas, os atuais profissionais acadêmicos contemporâneos, institucionalizados, burocratizados, estariam cada vez menos propensos a brigar com tudo e todos, mas dentro de um estilo de dissensões “civilizadamente contidas” pela profissionalização acadêmica. Eis o quadro de produtores brasileiros de ciências sociais.

REFERÊNCIAS

ANTUNIASSI, M. H. R. (2008), *Depoimento concedido ao autor*.

ARANTES, O. B. F. (2006), “Notas sobre o método crítico de Gilda de Mello e Souza”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 56, pp. 311-322, jan./abr.

ARRUDA, M. A. N. (1995), “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’”. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 2. São Paulo: Sumaré.

_____. (2001), *Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru, SP: EDUSC.

BASTOS, E. R.; ABRUCIO, F. *et all.* (2006), *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34.

BOURDIEU, P. (1974), *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. (1989), *O poder simbólico*. Lisboa: Bertrand Brasil; Rio de Janeiro: Difel.

BUENO, F. da S. (1964), *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa: vocábulos, expressões da língua geral e científica, sinônimos, contribuições do tupi-guarani*. São Paulo: Edição Saraiva.

CAMPOS, M. C. S. de S. (2008), *Depoimento concedido ao autor*.

CARDOSO, F. H. (1988), “Memórias da Maria Antonia”. In: SANTOS, M. C. L. dos (org.). *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel.

CARDOSO, I. (1982), *A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez.

COELHO, R. (2002), *Tempo de Clima*. São Paulo: Perspectiva/CESA.

CORRÊA, M. (1995), “A antropologia no Brasil (1960-1980)”. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré.

D’INCAO, M. Â.; SCARABÔTOLO, E. F. (orgs.). (1992), *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo: Companhia das Letras.

ELIAS, N. (1995), *Mozart: Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (2006), *Escritos e ensaios 1: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. (2000), *Os estabelecidos e os “outsiders”*: *Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

FRANCO, M. S. de C. (1997) *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

_____. (1988), *Memorial acadêmico apresentado ao concurso para provimento de cargo de Professor Titular junto ao Departamento de Filosofia*. São Paulo: Arquivos da Seção de protocolo/Administração da FFLCH-USP.

GALVÃO, W. N. (2006), “Gilda de Mello e Souza”. *Informe*. Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, n.25, pp. 5-6, mar.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. (2001), *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

JACKSON, L. C. (2002), *A tradição esquecida: os parceiros do Rio Bonito e a Sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: FAPESP.

_____. (2003), *Representações do mundo rural brasileiro: dos precursores à Sociologia da USP*. Universidade de São Paulo – São Paulo.

_____. (2007), “Gerações pioneiras na Sociologia paulista (1934-1969)”. *Tempo social*, São Paulo, v. 19, n. 1.

KOSMINSKY, E. V. (org.) (1999), *Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a Sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. Marília: UNESP/FAPESP.

LEPENIES, W. (1996), *As três culturas*. São Paulo: Edusp.

LIMONGI, F. (2001), “Mentores e clientelas na Universidade de São Paulo”. In: MICELI, S (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré.

LIMONGI, F. (2001), “A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo”. In: MICELI, S. (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 2. São Paulo: Sumaré.

MANNHEIM, K. (1982). In: FORACCHI, M. M. (org.), *Mannheim: sociologia*. São Paulo: Ática.

MARTINS, J. de S. (1998), *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Edusp.

MELLO E SOUZA, A. C. de. (2001), *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34.

MICELI, S. (org.). (2001), *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais.

MICELI, S. (org.). (1995), *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 2. São Paulo: Sumaré/FAPESP.

MOURÃO, F. A. A. (1994), “Ruy Galvão de Andrada Coelho”. *Estudos Avançados*, Revista do IEA/USP, São Paulo, v. 8, n. 22, set./dez., pp. 275-277.

PEIXOTO, F. A. (2000), *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: EDUSP.

PEIXOTO, F. (2001), “Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)”. In: MICELI, S (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Sumaré.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. (1975), “O Coronelismo numa interpretação sociológica”. In: FAUSTO, B (org.), *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. v. 1, t. 3. São Paulo: Difel.

_____. (1976), “O mandonismo local na vida política brasileira”. In: *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa & Ômega.

_____. (1992), *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1965), *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus, 1965.

_____. (1958), *Sociologia e folclore: a dança de São Gonçalo num povoado baiano*. Salvador: Livraria Progresso Editora.

PEREIRA, J. B. B. (2009), *Depoimento concedido ao autor*. 04/03/2009.

_____. (2007), *Depoimento concedido ao autor*. 04/03/2009.

PILETTI, N. (1994), “Fernando de Azevedo”. *Estudos Avançados*, Revista do IEA/USP, São Paulo, v. 8, n. 22, set./dez., pp. 181-184.

PONTES, H. (1997), “Círculos de intelectuais e experiência social”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, vol. 12, n. 34, junho, pp. 57-69.

_____. (1998), *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras.

PONTES, H; MELLO E SOUZA, A. C. de. (2001), “Entrevista com Antonio Candido”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 47, outubro, pp. 5-30.

PULICI, Carolina Martins. (2004), *De como o sociólogo deve praticar o seu ofício: as Cátedras de Sociologia da USP entre 1954 e 1969*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – São Paulo.

RINGER, F. (2000), *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*. São Paulo: EDUSP.

SANTOS, C. N. G. dos. (1994), “Departamento de Ciência Política”. *Estudos Avançados*, Revista do IEA/USP, São Paulo, v. 8, n. 22, set./dez., p. 337-348.

SPIRANDELLI, C. C., (2011). *Trajetórias intelectuais: professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1968)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP.

WEBER, M. (1963), *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Artigo recebido em setembro de 2013 / Aprovado em novembro de 2013